



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO**

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS deve ser assinado pelo candidato e o TIPO DE PROVA deve ser indicado, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo.
2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, confira se o caderno contém: 40 questões de múltipla escolha, com quatro opções cada: a, b, c e d; 1 questão discursiva, com espaço para o rascunho na prova.
3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.
4. Preencha com atenção e letra legível o campo de identificação contido na parte inferior desta página.
5. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.
6. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e discursiva.
9. Por motivo de segurança, somente durante os 60 (sessenta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.
10. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.
11. A divulgação do gabarito e a abertura dos prazos para interposição de recursos serão realizados pelo site <http://www.mpf.mp.br/rn/estagie-conosco/concursos-de-estagio/2016>

BOA PROVA!

CPF

INSTITUIÇÃO DE ENSINO

NOME

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Quanto às autarquias no modelo de organização administrativa brasileira, assinale a alternativa FALSA:
 - a) possuem personalidade jurídica.
 - b) são criadas apenas por lei.
 - c) são subordinadas hierarquicamente ao seu órgão supervisor.
 - d) integram a administração pública indireta.
2. O enunciado n.º 473 da Súmula da Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal estabelece: “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”. Por meio desse enunciado, o STF consagrou o seguinte princípio:
 - a) impessoalidade.
 - b) autotutela.
 - c) eficiência.
 - d) legalidade.
3. Quanto ao regime jurídico dos atos administrativos, é INCORRETO afirmar:
 - a) A discricionariedade configura a completa liberdade de atuação do agente público na prática do ato administrativo.
 - b) a presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei.
 - c) o motivo é o pressuposto de fato e de direito que serve de fundamento para a prática do ato administrativo.
 - d) a imperatividade é a capacidade do ato de se impor a terceiros independente de sua concordância.
4. De acordo com a Lei n.º 8.429/92, que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional, é correto afirmar que:
 - a) somente servidor público pode ser sujeito ativo de ato de improbidade administrativa.
 - b) o ressarcimento integral do dano causado ao patrimônio público somente se dá se o agente tiver agido com dolo.
 - c) o sucessor daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente está sujeito às cominações da referida lei até o limite do valor da herança.
 - d) a referida lei apresenta rol taxativo de condutas que caracterizam atos de improbidade administrativa, tendo em vista o princípio da tipicidade.
5. Os atos que integram um procedimento administrativo que já tenha chegado ao fim e o ato de autorização de uso de um bem público cujo prazo já tenha expirado:
 - a) são atos administrativos anuláveis.
 - b) são atos administrativos irrevogáveis.
 - c) são atos administrativos conversíveis.
 - d) são atos administrativos vinculados.
6. Determinado município, representado pelo seu prefeito municipal, realizou, com recursos advindos de convênio celebrado com a União por intermédio do Ministério do Turismo, festa comemorativa do dia da padroeira municipal. Para a realização da referida festa, o prefeito contratou diretamente, por inexigibilidade de licitação, empresa que providenciou a contratação das bandas, a montagem do palco e do som e a iluminação do evento. A respeito dessa situação, assinale a alternativa INCORRETA:
 - a) a ação para responsabilização por ato

- de improbidade administrativa a ser eventualmente ajuizada deverá ser proposta na Justiça Federal.
- b) ainda que a festa tenha realmente ocorrido, é possível caracterizar dano ao erário na contratação da empresa prestadora de serviço na hipótese descrita, uma vez que, conforme entendimento consagrado no Superior Tribunal de Justiça, o dano decorrente da inexigibilidade indevida de licitação é *in re ipsa*.
- c) o prazo prescricional para o ajuizamento de ação para responsabilização por ato de improbidade administrativa, no caso descrito, será de 05 (cinco) anos, a contar do término do exercício do mandato do prefeito municipal. Contudo, eventual ação que busque apenas o ressarcimento do dano causado ao erário será imprescritível.
- d) Não se caracteriza improbidade administrativa na hipótese descrita, uma vez que o artigo 25, III, da Lei n.º 8.666/93 dispõe ser inexigível a licitação “para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública”.

DIREITO CONSTITUCIONAL

7. Considerando-se os direitos e garantias fundamentais, analise as seguintes afirmativas:

- I - os direitos e garantias fundamentais encontram-se estreitamente elencados no artigo 5º da CF/88, não havendo que se falar em quaisquer outros previstos em capítulos e títulos outros do texto constitucional e/ou elencados em tratados e convenções internacionais.
- II - dentre os direitos e garantias

fundamentais se encontra a guarida às situações devidamente consolidadas. Em consideração a esse inciso do artigo 5º (inciso XXXVI) impossibilita-se a rescisão de decisão judicial transitada em julgado pela mera mudança legislativa, tornando vazia e impossibilitando a execução de sua parte dispositiva.

III - há direitos fundamentais de caráter absoluto, que inadmitem qualquer restrição.

IV - a proposta de emenda constitucional tendente a abolir direito e/ou garantia fundamental poderá ser, desde logo, atacada por meio de ação direta de inconstitucionalidade, mesmo antes da sua promulgação.

São corretas as seguintes assertivas:

- a) I e II
b) II e IV
c) II e III
d) I e IV

8. Sobre a acumulativa de cargos ou funções públicas é correto asseverar que:

- a) é permitida a acumulação remunerada de dois cargos de professor público com um emprego da iniciativa privada, devendo, no entanto, ser verificada a compatibilidade de horários.
- b) é permitida a acumulação de dois cargos de médico, em municípios diversos, distantes 500 km um do outro, sendo cada um deles em regime de quarenta horas semanais e oito horas diárias.
- c) é permitida a acumulação de um cargo de técnico administrativo com um de técnico judiciário, desde que haja compatibilidade de horários.
- d) é permitida a acumulação de um cargo de professor com dedicação exclusiva com um cargo de técnico judiciário em regime de 40 horas.

9. Sobre o regime constitucional do Poder

Judiciário é incorreto se afirmar que:

- a) as garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade dos vencimentos dos membros do Judiciário têm por finalidade garantir um julgamento justo e imparcial pelo juiz, voltando-se, assim, em favor de toda a sociedade.
- b) não há propriamente processos judiciais sigilosos, mas apenas alguns com publicidade restrita às partes e seus advogados, considerando-se o direito à intimidade do interessado, por exemplo, mas tal restrição não pode ser hábil a prejudicar o interesse público à informação.
- c) as decisões negativas do CONSELHO NACIONAL DA JUSTIÇA ou do CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, nas quais tais órgãos reconhecem sua incompetência/ausência de atribuição para tratar de determinada questão, submetem-se à jurisdição do Supremo Tribunal Federal por meio de mandado de segurança.
- d) o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado é da competência do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.

10. Sobre o regime constitucional da Administração Pública é incorreto se afirmar que:

- a) veda-se ao servidor público militar a livre associação sindical.
- b) é possível a existência de subtetos no serviço público estadual sendo que, no caso dos servidores do Poder Judiciário Estadual, ele sempre será o subsídio do desembargador, vedando-se a edição de norma pelo Poder Executivo que fixe subteto para os servidores do Judiciário menor que o de desembargador.
- c) é inconstitucional a norma que fixar a responsabilidade civil do Estado pela prática de crime ainda que nenhum de seus servidores (civil ou militar) se

encontre nele envolvido em razão de suas funções.

- d) nenhuma das assertivas anteriores está incorreta.

11. Sobre o processo legislativo, é correto afirmar que:

- a) permite-se a edição de medida provisória que verse sobre a retenção provisória pelo Governo Federal de ativos financeiros específicos.
- b) tão logo aprovado projeto de lei de conversão de medida provisória que altere o texto originário, vigorará imediatamente o novo texto, independente do momento de sua promulgação e publicação final.
- c) derrubado o veto do Presidente da República a projeto de lei e não promulgado pelo Presidente da República no prazo de 48 horas, o Presidente do Senado a promulgará.
- d) todas as assertivas estão incorretas.

12. Pato foi eleito prefeito da cidade de Casama no pleito municipal de 2012 pelo Partido Nacionalista, desfiliando-se logo em seguida. Sucessivamente, o mesmo partido ingressou com ação com o objeto de ver declarada a INFIDELIDADE PARTIDÁRIA de seu ex-filiado. Sobre a hipótese em apreço, e considerando-se as disposições constitucionais referentes AOS DIREITOS POLÍTICOS E PARTIDOS POLÍTICOS é possível asseverar que:

- a) assiste inteira razão ao partido político, uma vez que se buscou apenas o cumprimento das normas de fidelidade partidária.
- b) somente assistirá razão ao partido político uma vez que ele possui normas de fidelidade partidária em seus estatutos.
- c) não assiste razão ao partido político porque se tratando de cargo proporcional, deve ser respeitado, em

primeiro lugar, a soberania popular, conforme jurisprudência assentada do Supremo Tribunal Federal.

d) não assiste razão ao partido político porque se tratando de cargo majoritário, deve ser respeitado, em primeiro lugar, a soberania popular, conforme jurisprudência assentada do Supremo Tribunal Federal.

13. Jorgen, filho de Martha e Johans, nasceu em Colônia, Alemanha, no ano de 1989. Sua mãe, por sua vez, nasceu no Rio de Janeiro no ano de 1965 e ao casar-se com seu pai, alemão, no ano de 1988, adquiriu espontaneamente a nacionalidade alemã, por via do matrimônio. Registrado no consulado brasileiro no ano de 1989, Jorgen, ao vir morar no Brasil, após sua maioridade, requereu o reconhecimento de sua condição de BRASILEIRO NATO. Sobre a hipótese em apreço, é CORRETO afirmar:

- a) Jorgen tem razão, e deverá ingressar com o pedido no Juízo Estadual de sua escolha.
- b) Jorgen não tem razão, uma vez que sua mãe, ao tempo de seu nascimento, não era brasileira.
- c) Jorgen tem razão, e deverá ingressar com seu pleito no Juízo Estadual onde se encontra domiciliado.
- d) N.D.A.

PROCESSO CIVIL

14. Assinale a alternativa correta a respeito do Novo Código de Processo Civil:

- a) o saneamento e a organização do processo serão realizados em audiência.
- b) todos os prazos processuais passaram a ser de 15 dias.
- c) é possível a realização de negócios jurídicos processuais pelas partes.
- d) as partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução parcial do

mérito, não incluída a atividade satisfativa.

15. A respeito da resposta do réu, assinale a alternativa errada:

- a) a contestação possui como características básicas ser total, formal e especificada.
- b) a incompetência absoluta e relativa, assim com a incorreção do valor da causa, devem ser alegadas em preliminar de contestação, antes de se discutir o mérito.
- c) o prazo para oferecimento da contestação é de 15 dias.
- d) a reconvenção continua sendo formulada em peça apartada e pode ser apresentada na fase de cumprimento de sentença.

16. O princípio da vedação da decisão surpresa deve ser entendido como:

- a) o dever de todos os sujeitos processuais do processo de cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.
- b) o juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.
- c) aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.
- d) as partes não podem, em grau algum de jurisdição, alegar matéria de fato ou de direito superveniente.

17. Sobre a atuação do Ministério Público, é correto afirmar:

- a) gozará de prazo em dobro para recorrer e em quádruplo para contestar.
- b) em caso de intervenção como fiscal do ordenamento jurídico, terá vista dos autos antes das partes.

- c) a participação da Fazenda Pública configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.
- d) o prazo para o Ministério Público se manifestar nos autos será contado a partir de sua intimação pessoal e quando expressamente estabelecido por lei, não se aplicará o benefício de contagem em dobro.
18. A respeito da nova disciplina das tutelas provisórias, é correto afirmar:
- a) nos casos em que a urgência for contemporânea à propositura da ação, a petição inicial pode limitar-se ao requerimento da tutela antecipada e à indicação do pedido final, com a exposição da lide, do direito que se busca realizar e do perigo de dano ou do risco ao resultado útil do processo. A decisão que conceder a tutela antecipada poderá tornar-se estável se não for interposto o respectivo recurso.
- b) a tutela provisória de urgência não poderá adquirir caráter satisfativo face a sua natureza jurídica eminentemente cautelar.
- c) como regra geral, para a concessão da tutela de urgência, o juiz não pode exigir caução real ou fidejussória para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, sob pena de macular o direito ao processo justo.
- d) a decisão interlocutória que versar sobre tutela provisória será recorrível por intermédio de apelação quando se tratar de decisão que antecipa o mérito do processo.
19. Assinale a alternativa correta sobre a Ação Civil Pública:
- a) o Ministério Público e a Defensoria Pública são os únicos legitimados para a propositura da ação principal e cautelar.
- b) em razão do princípio da especialidade,
- que rege o conflito aparente de normas, as disposições do Código de Defesa do consumidor não podem ser aplicados na defesa dos direitos difusos, coletivos e individuais disciplinados na lei 7.347/1985.
- c) o Ministério Público poderá instaurar Inquérito Civil, sob sua presidência, e requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias para instruir a petição inicial.
- d) os recursos manejados no decorrer da Ação Civil Pública terão, em regra, efeito suspensivo.
20. Ainda sobre a lei 7.347/85 e a Ação Civil Pública, marque a assertiva correta:
- a) constitui crime, punido com pena de reclusão de 1 a 3 anos e multa a recusa, retardamento ou omissão de dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil, quando requisitados pelo Ministério Público;
- b) a competência para a propositura da ação será determinada pelo local da sede ou domicílio do responsável pelos danos difusos, coletivos ou individuais;
- c) a Ação Civil poderá ter por objeto condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer, porém não admitirá pedido que veicule obrigação de entrega da coisa e de não fazer.
- d) se o órgão do Ministério Público, após esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamentos para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos, que deverá ser submetido ao crivo do Poder Judiciário no prazo de 3 dias para controle do princípio da obrigatoriedade.

21. Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes:

- i) contra a vida, o patrimônio ou a liberdade do Presidente da República, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro;
- ii) contra a administração pública, por quem está a seu serviço, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro;
- iii) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro;
- iv) praticados por brasileiro, sendo o agente punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro.

- a) somente I e IV estão corretas.
- b) somente II e IV estão corretas.
- c) somente II e III estão corretas.
- d) somente II, III e IV estão corretas.

22. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) no direito penal pátrio, a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo de crimes ambientais, contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional.
- b) na Lei n.º 9.613/1998 (“lavagem” de capitais), pode ser considerada infração penal antecedente todo e qualquer crime, bem como as contravenções penais.
- c) na contagem de prazo penal, o dia do começo não se inclui no cômputo do prazo.
- d) ocorre concurso formal de crimes quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não.

23. Assinale a alternativa CORRETA:

- a) consoante o Código Penal pátrio, os prazos prescricionais são reduzidos de metade quando o criminoso era, na data da sentença, menor de vinte e um ou maior de setenta anos.
- b) consoante o Código Penal pátrio, o curso da prescrição interrompe-se pelo oferecimento da denúncia ou da queixa.
- c) consoante o Código Penal pátrio, no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena resultante do concurso.
- d) o Código Penal pátrio, no caso de concurso de agentes, adotou como regra a teoria monista, segundo a qual, no concurso, existe um só crime, em que todos os participantes respondem por ele.

24. Segundo a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar que:

- a) o tempo de duração da medida de segurança não deve ultrapassar o limite máximo da pena abstratamente cominada ao delito praticado.
- b) quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante genérica prevista no Código Penal (art. 65, III, “d”).
- c) a prática de falta grave interrompe a contagem do prazo para a progressão de regime de cumprimento de pena, o qual se reinicia a partir do cometimento dessa infração.
- d) a incidência da circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.

25. Segundo a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, é CORRETO afirmar que:

- a) a conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial é atípica, mormente quando em situação de alegada autodefesa.
- b) é admissível a chamada progressão per saltum de regime prisional.
- c) o benefício da suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei n.º 9.099/95) não é aplicável em relação às infrações penais cometidas em concurso material, concurso formal ou continuidade delitiva, quando a pena mínima cominada, seja pelo somatório, seja pela incidência da majorante, ultrapassar o limite de um (01) ano.
- d) a utilização de papel moeda ainda que grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de moeda falsa, da competência da Justiça Federal.
26. Assinale a alternativa INCORRETA:
- a) no crime de descaminho, incrimina-se a conduta de importar ou exportar mercadoria proibida.
- b) consoante a Lei n.º 8.072/90, os crimes hediondos, a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, e o terrorismo são insuscetíveis de anistia, graça e indulto.
- c) segundo o entendimento do STF e STJ, não há justa causa para a persecução penal quanto ao crime previsto no art. 1º da Lei n.º 8.137/90 (contra a ordem tributária), se o suposto crédito fiscal ainda pende de lançamento definitivo, uma vez que sua inexistência impede a configuração do delito e, por conseguinte, o início da contagem do prazo prescricional.
- d) para efeitos penais, o conceito de funcionário público é mais amplo do que aquele extraído do Direito Administrativo.
27. Sobre a Lei n.º 12.850/2013 (organização criminosa e investigação criminal), assinale a alternativa CORRETA:
- a) aos dados cadastrais do investigado que informem a qualificação pessoal, a filiação e o endereço mantidos pela Justiça Eleitoral, empresas telefônicas, instituições financeiras, provedores de internet e administradoras de cartão de crédito, o delegado de polícia e o Ministério Público terão acesso somente após circunstanciada, motivada e sigilosa autorização judicial.
- b) considera-se organização criminosa a associação de 3 (três) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.
- c) na colaboração premiada, nos depoimentos que prestar, o colaborador renunciará, na presença de seu defensor, ao direito ao silêncio e estará sujeito ao compromisso legal de dizer a verdade.
- d) a infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação prescinde de autorização judicial.
28. Epaminondas, vulgo “mão boba”, aluno matriculado da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no primeiro dia de aula, subtrai um aparelho de celular que estava acondicionado dentro da bolsa de um dos colegas em sala de aula, aproveitando a ida desse colega ao banheiro, sem que ninguém percebesse sua atuação. Com base exclusivamente nos dados fornecidos, segundo o Código Penal pátrio, afigura-se CORRETO afirmar que:
- a) Epaminondas cometeu crime de estelionato.

- b) Epaminondas cometeu crime de furto.
- c) Epaminondas cometeu crime de peculato.
- d) Epaminondas cometeu crime de apropriação indébita.

PROCESSO PENAL

29. São exemplos de medidas cautelares reais:

- a) Monitoramento eletrônico e especialização de hipoteca.
- b) Suspensão de exercício de função pública e fiança.
- c) Internação provisória.
- d) Sequestro e arresto.

30. Assinale a alternativa correta:

- a) No procedimento comum ordinário, oferecida a denúncia, o réu é citado para o interrogatório, após o quê apresentará defesa escrita.
- b) No procedimento comum ordinário, somente após defesa escrita o juiz fará análise sobre recebimento da denúncia.
- c) No procedimento comum ordinário, citado, o réu deverá apresentar defesa escrita e interrogado somente após a oitiva de todas as testemunhas arroladas pelas partes.
- d) O interrogatório do réu deve necessariamente preceder a oitiva das testemunhas de acusação.

31. Cabe recurso em sentido estrito:

- a) da decisão em sentença que a despeito de admitir a autoria e materialidade do delito dos coautores, reconhece a prescrição da pretensão punitiva retroativa de um dos crimes do partícipe.
- b) Da decisão que declara o perdão judicial.
- c) a decisão obscura ou contraditória.
- d) da decisão que recebe a denúncia.

32. Faz coisa julgada material:

- a) a rejeição da denúncia com fundamento na prova da inexistência dos fatos narrados.
- b) a decisão que arquiva a peça de investigação por ausência de provas suficientes da autoria do delito.
- c) a decisão que arquiva a peça de investigação por ausência de provas suficientes da materialidade do delito.
- d) a decisão de arquivamento da peça de investigação por ausência de provas suficientes da materialidade e da autoria do delito.

33. Compete à Justiça Federal processar e julgar:

- a) As infrações penais contra a UNIÃO, suas autarquias, fundações públicas federais e empresas públicas federais praticadas por menor impúbere.
- b) Crimes contra o consumidor quando atingir abrangência de natureza nacional.
- c) Lavagem de dinheiro originada da prática de crimes de natureza federal.
- d) Crimes praticados contra sociedade de economia mista federal que detenha representação em pelo menos 6(seis) unidades da federação.

34. Segundo recente entendimento do STF, COMPETE DIRIMIR conflito de atribuição entre o Ministério Público Federal e Ministério Público do Estado:

- a) O STF.
- b) O Procurador-Geral da República.
- c) O STJ.
- d) O juízo federal do local onde o conflito ocorrerá.

35. Assinale a assertiva incorreta:

- a) Incidem os efeitos do princípio da indivisibilidade nas ações penais públicas incondicionadas de modo que a ausência na denúncia de um dos corréus

- importa em renúncia aos demais.
- b) O prazo para o Ministério público apresentar denúncia em 15(quinze) dias, após receber os autos do inquérito policial, é decadencial e peremptório, cuja inobservância importa em extinção da punibilidade.
- c) Discordando o juiz do pedido de arquivamento do inquérito policial pelo Ministério Público, deve determinar o prosseguimento das investigações e designar novo membro do parquet para acompanhar o feito.
- d) Segundo entendimento do STF, somente incide o princípio da indivisibilidade nas ações penais de iniciativa privada.

DIREITO CIVIL

Nas questões abaixo, assinale as assertivas de I a IV e, ao final, marque a opção que aponta a quantidade de assertivas CORRETAS:

36.

I - De regra, a lei entra em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a sua publicação, denominando-se *vacatio legis* esse intervalo de tempo, necessário para que as pessoas conheçam o teor da nova regra e se adaptem a ela.

II - Se a lei, por exemplo, foi publicada com erros materiais ou falhas de ortografia, poderá ser republicada no diário oficial, mas sua republicação não será considerada lei nova se já ultrapassado o período de *vacatio legis* da primeira.

III - Imaginemos que uma lei "A" é revogada por uma lei "B". Posteriormente, a lei "C" revoga a lei "B" e diz expressamente que a lei "A" voltará a valer. Essa outorga legal de efeito *reipristinatório* à lei "A" é válida.

IV - Diz o art. 4º da Lei de Introdução ao

Código Civil: "Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito". Esse dispositivo, todavia, não impõe ao juiz que, diante de uma lacuna da lei, primeiro se valha da analogia para, só após esgotada essa possibilidade, recorra aos costumes e, por último, aos princípios gerais de direito. Em verdade, o caso concreto e o bom senso do magistrado é que ditarão a utilização de um ou de outro.

- a) 1
b) 2
c) 3
d) 4

37.

I - São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

II - A incapacidade absoluta acarreta a proibição total do exercício, por si só, do direito. O ato somente poderá ser praticado pelo representante legal do absolutamente incapaz, sob pena de nulidade.

III - Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são insuscetíveis de usucapião, o mesmo não ocorrendo com os bens públicos dominicais, por que não se encontram afetados a qualquer finalidade pública.

IV - O prédio onde funciona a Procuradoria da República do Rio Grande do Norte é considerado bem público de uso especial.

- a) 1
b) 2
c) 3

d) 4

38.

I - Obrigação é o vínculo jurídico que confere ao credor (sujeito ativo) o direito de exigir do devedor (sujeito passivo) o cumprimento de determinada prestação, que vem a ser, por sua vez, uma conduta humana (dar, fazer ou não fazer) economicamente aferível.

II - A responsabilidade não se confunde com a obrigação: aquela só surge caso haja o inadimplemento espontâneo desta. A responsabilidade é, pois, a consequência jurídica patrimonial do descumprimento da relação obrigacional.

III - Pode haver obrigação sem responsabilidade, como nos casos de dívidas prescritas e de jogo, quando o devedor não pode ser condenado a cumprir a prestação, embora continue devedor; assim como pode haver responsabilidade sem obrigação, como no caso do fiador de um contrato de aluguel, que não é originariamente obrigado ao pagamento dos aluguéis, embora possa ser responsabilizado em caso de inadimplemento do afiançado.

IV - Aplica-se ao Direito dos Contratos o princípio da tipificação ou tipicidade, pelo qual, para se vincularem validamente através de um contrato, as partes deverão eleger uma das figuras contratuais previstas no Código Civil ou na legislação civil extravagante.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

39.

I - O Código Civil brasileiro consagrou, em seu art. 1.196, a teoria subjetiva, de Savigny, segundo a qual a posse caracteriza-se pela conjugação do corpus

(detenção física da coisa) com o animus (intenção de utilizar-se da coisa como se fosse seu dono).

II - Na medida em que não é admitida a usucapião de bens públicos, ainda que o Poder Público tolere que um particular faça uso de um bem dominical durante anos, essa utilização não configura juridicamente posse, mas mera detenção consentida.

III - Considerando o rechaço à vingança privada como meio de reparar o direito lesado e a necessidade de pacificação ordeira dos conflitos pela terra, a legislação civil autorizou o possuidor a se valer das ações possessórias em caso de turbação ou de esbulho, considerando ilícito o recurso à autotutela e a outros meios de força ou de reação física por conta própria.

IV - Pelo princípio da fungibilidade das ações possessórias, o juiz conhecerá do pedido e outorgará a proteção legal correspondente ao fato violador da posse descrito na ação, ainda que o autor tenha se valido de uma ação tecnicamente inaplicável à hipótese, como no caso da utilização da ação de manutenção de posse em vez da de reintegração de posse, ou do interdito proibitório em vez da de imissão na posse ou reivindicatória.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

40.

I - Para que alguém pratique um ato ilícito e seja obrigado a reparar o dano causado, é necessário que tenha capacidade de discernimento. Logo, se o inimputável por incapacidade mental causar prejuízos a terceiro, em nenhuma hipótese responderá civilmente por seus atos, senão as pessoas que sobre ele têm dever de

guarda e proteção.

II - Os pais respondem independentemente de culpa de sua parte pelos danos causados a terceiros pelos seus filhos menores e que vivam sob sua autoridade e companhia, ainda que comprovem que tomaram todas as cautelas e diligências relativas à educação e à vigilância destes.

III - É objetiva a responsabilidade dos patrões por atos de seus empregados no exercício do trabalho que lhes competir.

IV - A doutrina chama de aquiliana o tipo de responsabilidade que surge, por exemplo, para o ator que não comparece para apresentar o espetáculo contratado, acarretando prejuízos patrimoniais e, quiçá, morais para o dono do teatro.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4

**MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO**

PROVA DISCURSIVA

1. Você é procurador da República recém-empossado na Procuradoria da República em Caicó/RN. São distribuídos a você, na data de hoje, 5 (cinco) inquéritos policiais para que tome as providências em cada caso e em relação a cada um dos investigados. Apresento a seguir um breve resumo dos fatos investigados em cada um dos inquéritos policiais. Com base em tais resumos, diga objetivamente qual(is) encaminhamento(s) você daria a cada caso, apresentando os respectivos fundamentos jurídicos, sendo possível(is) encaminhamentos distintos em relação a cada uma das pessoas investigadas.

INQUÉRITO POLICIAL 1: JOÃO, nascido aos 20/07/1945, e JOSÉ, nascido aos 21/07/1986, foram presos em flagrante às 08:30 do dia 22/07/2003, logo após terem subtraído, da agência da Caixa Econômica Federal de Caicó, um computador, um monitor e uma impressora a laser, todos pertencentes à instituição bancária e avaliados em R\$ 2.800,00 ao tempo dos fatos.

Encaminhamento(Rascunho):

INQUÉRITO POLICIAL 2: Por volta das 07:00 do dia 02/03/2014 (domingo de carnaval), policiais rodoviários federais constataram que alguém, na madrugada anterior, havia adentrado no posto da Polícia Rodoviária Federal situado nas proximidades de Caicó e dali subtraído uma pistola da instituição. A Polícia Federal instaurou inquérito policial para apurar o fato, mas este terminou sendo arquivado por não se descobrir o autor do delito. Três meses depois, MANOEL, nascido aos 01/06/1970, foi preso em flagrante por policiais militares portando a mesma arma de fogo em sua cintura, quando tentava ingressar no estádio Arena das Dunas, em Natal/RN, durante uma partida de futebol. Ao ser ouvido, contou que havia comprado a referida arma de um desconhecido uma semana antes, que nunca havia estado em Caicó e que, inclusive, havia passado o carnaval de 2014 no Rio de Janeiro/RJ, juntando, na oportunidade, cópia dos bilhetes aéreos de ida e volta a essa cidade no período.

Encaminhamento(Rascunho):

**MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO**

INQUÉRITO POLICIAL 3: No dia 05/04/2016, no interior da agência do INSS em Caicó, os irmãos PEDRO (30 anos) e PAULO (34 anos) agrediram com inúmeros socos e pontapés um médico da instituição que havia dado parecer desfavorável a um requerimento de benefício assistencial que haviam feito em favor deste último. As agressões causaram lesões corporais de natureza grave no médico. No curso do inquérito policial, ficou comprovado que PAULO, desde que nasceu, sofria de doença mental que o tornava inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato que praticou. PEDRO, porém, era perfeitamente são.

Encaminhamento(Rascunho):

INQUÉRITO POLICIAL 4: A Polícia Federal, em janeiro de 2015, instaurou inquérito policial após receber uma representação anônima dando conta de que JOSÉ, analista ambiental do IBAMA lotado em Caicó, costumava solicitar propina para facilitar o licenciamento de atividades potencialmente degradadoras do meio ambiente e, inclusive, para desinterditar aquelas que haviam sofrido anterior fiscalização da autarquia. Após autorização judicial, começou a interceptar suas ligações telefônicas até que, em 10/12/2015, prendeu-o em flagrante logo após ter aceitado receber R\$ 30.000,00 do empresário GERALDO para facilitar a emissão de uma licença ambiental, sem que houvesse, porém, o preenchimento dos requisitos legais. Por ocasião da prisão, JOSÉ se encontrava com o dinheiro em espécie e confessou tê-lo recebido de GERALDO, mas negou ter agido do mesmo modo de outras vezes.

Encaminhamento(Rascunho):

**MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO**

INQUÉRITO POLICIAL 5: Por volta das 14:00 do dia 10/09/2015, os indivíduos apelidados de DEDÉ e ZÉ MARIA adentraram a agência do Banco do Brasil de Jardim de Piranhas/RN e, empunhando armas de fogo e ameaçando atirar, renderam os vigilantes, funcionários e clientes da agência e passaram a recolher o dinheiro depositado nos caixas e cofre do banco e os pertences pessoais dos clientes. Dentre os clientes, havia um juiz federal, que se encontrava na agência no momento para sacar dinheiro em um dos caixas eletrônicos. Durante a ação, este juiz aproveitou-se de uma distração dos assaltantes e, com a intenção de rendê-los, sacou sua arma e apontou para os mesmos. Um deles, porém, foi mais rápido que o juiz e desferiu-lhe um tiro fatal. Após isso, os assaltantes deixaram a agência em disparada, fugindo com o dinheiro e os pertences recolhidos e, inclusive, o carro do juiz federal, que se encontrava estacionado do lado de fora da agência.

Encaminhamento(Rascunho):
